

Vol. 01, **Nº 02** (2024)  
ISSN: 2966-0130

# REVISTA FIOS DE **LETRAS**

O TEJO E A EPOPEIA:  
IMAGENS DE (DES)CONSTRUÇÃO E DE PODER  
NA LITERATURA PORTUGUESA

Natália Constâncio



---

**O TEJO E A EPOPEIA:  
IMAGENS DE (DES)CONSTRUÇÃO E DE PODER NA LITERATURA PORTUGUESA**

Natália Constâncio<sup>1</sup>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6154-1626>

Ciência Vitae: <https://www.cienciavitae.pt/portal/1215-CEE9-D341>

**RESUMO:** O estudo que ora se apresenta tem como precípua objetivo analisar a relevância do Tejo enquanto símbolo de (Des)construção de imagens de Poder, na Literatura Portuguesa. Em muitas das obras analisadas, a imagem do rio figura como símbolo auspicioso, como metonímia de grandeza do povo lusitano. Não obstante o superno orgulho que recai sobre as personalidades que construíram a História, o presente trabalho procura demonstrar a contraversão que, a determinada altura, se efetua na imagem dominante na literatura das Descobertas – outrora superlativa –, que vai do *homo viator*, à voz narrativa que hoje apresenta uma versão derrisória da História. A influência das epopeias helénicas e da romana transmitem a Camões a ideia de grandeza e de heroicização de um povo – os lusitanos, tratando-se de Vasco da Gama ou dos seus marinheiros. Contudo, a ideologia Imperial, aquela que remete para uma visão oficial e outrora grandiosa do império, dá lugar a uma outra visão, na literatura romanesca contemporânea. Trata-se de uma perspetiva heterodoxa, face aos Descobrimentos portugueses, que apresenta a visão dos relegados da História, daqueles que, pelo seu pesaroso testemunho, dessacralizam a grandeza do Império, ao desnudarem a oposição *Eu* e o(s) *Outro(s)*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Camões. Tejo. Epopeia. Romance. História. Subversão.

**ABSTRACT:** The present study aims to analyze the significance of the Tagus River as a symbol of the (De)construction of Power images in Portuguese Literature. In many of the works analyzed, the image of the river appears as an auspicious symbol, a metonymy for the greatness of the Lusitanian people. Despite the profound pride that surrounds the figures who shaped History, this study seeks to demonstrate the subversion that occurs at a certain point in the dominant image within the literature of the Discoveries—once superlative—that transitions from the *homo viator* to the narrative voice that today presents a derisive version of History. The influence of Hellenic and Roman epics conveys to Camões the idea of the greatness and heroization of a people—the Lusitanians, whether in the figure of Vasco da Gama or his sailors. However, the Imperial ideology, which reflects an official and once grandiose vision of the empire, gives way to a different perspective in contemporary fictional literature. This perspective is heterodox concerning the Portuguese Discoveries, presenting the view of those marginalized by History, who, through their sorrowful testimony, desacralize the grandeur of the Empire by exposing the opposition between the Self and the Other(s).

**KEYWORDS:** Camões. Tagus. Epic. Novel. History. Subversion.

---

<sup>1</sup> Doutora em Estudos Portugueses; Mestre em Literatura Portuguesa; Licenciada em Humanidades. Investigadora do CIAC-UAlg. e Investigadora Integrada do IELT-NOVA-FCSH. Coordena, com o Historiador Daniel Alves (IHC-NOVA-FCSH), o projeto Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental – LITESCAPE.PT (unl.pt). E-mail: [nconstancio@fcsh.unl.pt](mailto:nconstancio@fcsh.unl.pt) ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6154-1626>. Ciência ID: 1215-CEE9-D341

Senhor que preside à vida, ativo e fugidio como a trajetória esquiva das águas, o Tempo embala o comum dos mortais na sua fugaz existência. Desde tempos idos, os poetas associa(va)m ao rio a imagem mental de transitoriedade, simbolismo que atravessa(ou) séculos de literatura – japonesa, chinesa, latina ou portuguesa. Basta pensarmos em Heraclito, cuja reflexão apresenta as águas do rio como metáfora arquetípica de uma extensão temporal intangível, irreversível e única.

Na obra *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*, Gaston Bachelard (1997) assimila às águas a metáfora da morte. Relembremos alguns exemplos paradigmáticos desta asserção. Na mitologia clássica helénica, o(s) rio(s) serve(m) de tapete à travessia de Caronte e do seu barco, que, sobrelotado de almas, periclita sobre as águas que banham o reino das Sombras. O corpo frágil e delicado de Ophelia, trágica heroína shakespeariana, é recebido pelas águas do rio, que o envolvem numa mortalha de silenciosa quietude, dominada pelas Parcas, as deusas do Destino.

No centro doutrinal artístico dos séculos XVI-XVII, emerge o conceito que toma a natureza como exemplo e que, para os renascentistas se consubstancia na sua imitação. A estética camonianiana assenta, portanto, numa herança que se firma numa teorização retórica do fenómeno literário que remonta a Aristóteles, Dionísio de Halicarnasso e Quintiliano (cf. Espírito Santo 2012: 67). Na epopeia, Camões declara, abertamente, a prática desse formalismo retórico – *imitatio* – e a pretensão de suplantar os grandes nomes que lhe servem de exemplo: Homero e Virgílio. Para que tal se concretize, Camões solicita às musas que lhe concedam um canto alto e sublimado, o que eleva os heróis, não o que subjaz à lírica emotiva dos poetas que cantam os seus amores acompanhados de “agreste avena ou frauta ruda”. Imergimos, então, na essência que define a épica camonianiana.

É facto consabido que as grandes civilizações floresce(ra)m junto aos rios, proporcionando a(os) povos oriundos de diferentes áreas, mesmo as mais longínquas, um intercâmbio cultural, civilizacional e, sobretudo, comercial. Enquanto principal rio de Lisboa, o Tejo sempre ocupou um lugar de destaque na paisagem geográfica de Lisboa e Vale do Tejo, possibilitando ligações mercantis com os povos do Mediterrâneo e do Norte de África. Ora, no contexto literário épico Renascentista, Camões despontará como porta-voz de uma grande aventura marítima, de justificação teleológica, que tem como núcleo a consagração do Tejo. Não obstante siga as convenções que germinam no alfobre do paradigma épico da antiguidade, repetindo os modelos codificados nas leis do género, Camões desloca

para a “ocidental praia lusitana” o epicentro dos Descobrimentos, no lugar onde o Tejo se mistura com o Atlântico, relegando o *Mare Nostrum*, que em tempos remotos estendera o seu morno e aquoso tapete ao Império Romano.

Uma das mais complexas e multifacetadas temáticas que giram em torno da ficção narrativa histórica hodierna relaciona-se com a construção do discurso e consubstancia-se numa dupla abordagem da História: a sua problematização, em termos fenomenológicos, e a sua representação, em termos discursivos. À luz dos preceitos caucionados pelos teóricos coevos da Literatura e da História, a voz enunciativa que subjaz ao romance histórico contemporâneo não tem como objetivo oferecer uma reconstrução histórica, (pretensamente) objetiva e verídica dos factos. Indo ao encontro da *Poética*, Aristóteles traz à colação os termos *mimesis* e *poiesis*, e frisa que a poesia não copia a realidade, constrói-a, e esta conceção tem vindo a ser recuperada nas últimas décadas. Na senda desta definição, Barbara Foley assegura que “All writing, all composition, is construction” (1986: 11), remetendo para o facto de o labor artístico edificar uma criação, sendo, por isso, um constructo. Pozuelo Yvancos (1993) considera que as obras literárias retratam universos alternativos e possíveis, estruturas imaginárias que oferecem outra imagem de realidade do mundo.

Em muitos dos romances históri(ográfi)cos, a voz que perpassa as linhas do discurso ficcional intenta subverter, parodiar, corrigir ou anular a História, apresentando-a, reiteradamente, numa perspetiva plurívoca e heterodoxa. Muitos textos ficcionais evidenciam mecanismos literários que subvertem factos outrora inquestionados, tidos como históricos, e reportam a um universo intertextual que implica uma *reescrita* da História. Ou, no caso nacional, a um repensar da ideia da portugalidade, da História dos Descobrimentos, à luz dos testemunhos oficiais que a veiculam. O *corpus* que apresentamos demonstra que tipologia discursiva reproduzida na narrativa contemporânea veicula, insistentemente, uma realidade multimoda e traduz uma análise de distintas representações da portugalidade no discurso romanesco e dos mecanismos que refletem a problematização da abordagem do *Outro* e dos símbolos de poder que ostentam a identidade lusíada.

O estudo que trazemos a lume procura, então, demonstrar em que medida a figuração do Tejo e das personalidades que lhe estão associadas – Camões, Vasco da Gama, “o peito ilustre lusitano”... – emerge como símbolo de (des)construção de Imagens de Poder, na Literatura Portuguesa. Será, também, objeto da nossa investigação descortinar de que forma se plasma a antinomia que exhibe a ideologia então vigente: a que reenvia para uma visão grandiosa do império, e a que retrata o testemunho heterodoxo dos relegados da História – e que a dessacraliza –, ao desnudar a oposição *Eu* e o(s) *Outro(s)*. Procuraremos, também, descortinar em que medida a

descrição paisagística se serve da imagem do rio Tejo como metáfora da asfixia das personagens, ou da morte psicológica, não raro traduzida pela sua autoconsciência de seres ineptos. E a que simplesmente apresenta o Tejo no frescor de uma tranquila moldura paisagística.

### 1. Imagens do Tejo: figuração auspiciosa e símbolos de poder

A inspiração da obra camonianiana germina a partir de uma entrelaçada ramagem: uma, remonta ao conceito platónico de *Daimon*, ou *Génio* criador, termo que pedimos de empréstimo aos pitagóricos; a outra, traduz o mesmo impulso criador, equivale ao “intelecto agente” mencionado por Aristóteles. Seguindo o prisma intertextual renascentista consubstanciado na imitação das epopeias clássicas, a teorização retórica que à estrutura interna respeita, preceitua a inclusão da Invocação como um dos pilares de execução da épica. Não é, por isso, anódina a invocação realizada por Camões às mais sábias musas: Clio [Κλειώ] e Calíope [Καλλιόπη]. A primeira, tecedeira da História, segredou a Camões técnicas para narrar literariamente a História Portuguesa, num canto inovador. Calíope, filha de Zeus e de Mnemósine, a memória, musa da poesia épica e da eloquência, insuflou-lhe um estilo grandiloquo, que o imortalizará.

Ao entrelaçar o *ingenium* e a *ars*, atributos que as musas outorgaram a Camões, o princípio da metamorfose alquímica genotextual opera uma transmutação significativa na criação artística, que edifica a primeira epopeia dos tempos modernos. Durante o Renascimento, a figuração do Tejo inscrever-se-á no domínio da retórica épica, ao ser identificado como um dos recursos naturais que possibilita e viabiliza a construção do Império. Para a desenvolvimento da narrativa que tem por base laudatória o espírito lusíada, Camões pede auxílio às Tágides, as ninfas do Tejo, suas filhas. A alusão à progénie que do rio descende surge configurada num apontamento de André de Resende ao seu poema *Vincentius*, em 1545 (cf. Pereira, 2020, p. 256). Na esteira dessa conceptualização, e porque sempre celebrara as águas do Tejo – ainda que em verso humilde –, o poeta propõe-se a cantar “o peito ilustre lusitano”. Está dado o mote. Se as ninfas lhe concederem um “som alto e sublimado”, “Um estilo *grandíloco* e corrente”, “de tuba canora e belicosa”, a sua obra relegará para olvido os feitos guerreiros de Alexandre, o Magno; a expansão territorial de Trajano; as proezas náuticas de Eneias e de Ulisses, lendário fundador de Lisboa; e as façanhas do mais importante dos guerreiros helenos: Aquiles.

Recuemos, cronologicamente, até ao século XII. O testemunho de Osberno, consignado na *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*, demonstra a importância do rio já nessa época. O contingente de cruzados vindo em auxílio de Dom Afonso Henriques desembarcou no estuário do Tejo, nos últimos dias de junho de 1147 (Alves, 2004 p. 31).

Osberno descreve a cidade como um opulento centro comercial e apresenta o Tejo como um rio de qualidades excepcionais: com grande cópia de mariscos e de peixes saborosos, com a propriedade de conservarem sempre a sua gordura e o seu sabor.

De acordo com a mitologia clássica, *Tagus* corresponde à entidade (antropomorfizada) que habita o rio e que lhe dá nome. Não será, portanto, anódino ou infrutífero citarmos o vocábulo *dagi*, termo que, em fenício, possui a significação de *pesca abundante* (Crespo, 1990, p. 38). Talvez por este motivo alguns autores façam derivar o vocábulo *tagus* de *dagus*. No século I a.C., Estrabão, o mais conceituado dos Geógrafos gregos, descrever-nos-á o Tejo como um rio de “muitos peixes”. Em *Memorial do Convento*, cuja diegese tem lugar no século XVII, o narrador refere-se à copiosidade de peixes que no leito do rio navegam, por vontade e obra divinas: “Quer Deus que o rio seja pródigo de peixe” (1986, p. 27).

Se voltarmos a entrar na máquina do Tempo e remontarmos à época da colonização da Península Ibérica pelos fenícios (c. Séc. VII a.C.), muito antes da romanização, facilmente descortinamos que a sua presença se deve à posição estratégica da geografia ibérica. Num amplo estudo de Doré Ogrizek, intitulado *Le Portugal*, o autor documenta a existência dos fenícios no estuário do Tejo, em Lisboa, cidade que então batizaram de Alis-Ubbo. O romance *Enseada Amena*, de Augusto Abelaira, remete para esta evidência: “– Aqui, onde temos os pés, não sabias?, era uma enseada, pelos vistos amena, o Tejo cobria estas ruas. Os Fenícios apareceram por cá, gostaram da enseada, ficaram para comerciar com os indígenas. Duas ou três casitas e Lisboa tinha nascido, Lisboa, Alis-Ubbo, Enseada Amena...” (1965, p. 73).

Mas a sustentação da relevância do Tejo nas narrativas não se circunscreve aos exemplos citados. Não obstante a influência que a autoridade homérica detém sobre *Os Lusíadas*, Camões assume *Metamorfoses* como uma espécie de *vade mecum*. Portanto, não será despiciendo invocar-se o Livro II, 51, onde, pela sua alusão mitológica, se evidencia a grandeza do Tejo pela singularidade da riqueza que possui – areias de ouro. No mesmo Livro (II, 59), refere-se que o metal se liquefez devido a um incêndio que tudo queimou na Terra. Note-se que as citadas abordagens mitológicas – se não combinatórias, pelo menos de forma dialogal – debuxam a representação emblemática de um rio invulgar, distinto e áurico. Alguns textos emblemáticos, como o *Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes, ou o *Sermão da Rainha Santa Isabel*, do Padre António Vieira, reconhecem tal excepcionalidade, enfatizando a importância das suas areias douradas.

Remontemos, agora, ao século XIII. Algumas das composições trovadorescas, na sua variante de cantigas de amigo, evidenciam a pertinência do cenário ribeirinho no quotidiano das figuras. Numa cantiga de João Zorro, jogral da corte de Dom Dinis, a donzela contempla o estuário do Tejo e, ao ver partir o amigo, canta a sua beleza. Tendo em conta a importância do rio na economia do reino, poderemos concebê-lo

como um jovem marinheiro. Os versos dos últimos dísticos frisam a ligação afetiva que une donzela e espaço, intensificando a alegria que experimenta, ao saber que o seu “amado” (inicialmente “amigo”), a quer levar no navio:

“I vai o meu amigo,  
quer-me levar consigo  
e sabor hei da ribeira.”

I vai o meu amado,  
quer-me levar de grado  
e sabor hei da ribeira.

Na época dos Descobrimentos, era do Tejo que partiam as embarcações para o Brasil e para a Índia, por isso se construíram, nas suas imediações, os monumentos que evocam a grandeza pretérita lusa. Falamos, obviamente, da Torre de Belém e do Mosteiro dos Jerónimos. Por isso figura o Tejo, em inúmeros textos literários, como personificação da portugalidade; outras vezes, surge de forma antonomástica, ao remeter para a expansão ultramarina. Na obra *Romance de Dom Dinis. El-Rei que (nom) fez tudo quanto quis*, de Natália Constâncio, alude-se ao Tejo como reflexo de um momento áureo da navegação portuguesa. Numa relação intertextual cujas bases ramificam nas epopeias homéricas e na camoniana, a narradora setecentista descreve a grandiosidade do Tejo enquanto elemento simbólico de uma grandeza (pretérita) que (ainda) vigora, nestes termos:

É um belo dia primaveril, o que assoma, aspergido com uma suave e perfumada aragem de gotinhas de orvalho. Tocado pela macieza da alvorada, qual espelho, reflectindo a grandiosidade cerúlea onde estão fixadas as constelações dos argonautas, o Tejo corre, lentamente, deslizando os batéis e as grandes embarcações, troncos de antigas árvores, arrancadas ao pinhal de Leiria. É que o Tempo, esse implacável e ardiloso piloto, conduz os homens há muitas gerações. Aliando-se às brisas prósperas do mês de Junho, Tempo e Vento incham as velas das côncavas naus, que às partes de além se dirigem. (2022, p. 251)

Camões descreve o “porto da ínclita Ulisseia”, o preciso lugar em que “o licor *mestura* e branca areia/ Co salgado Neptuno o doce Tejo” (Canto IV, est. 84). Em termos georreferenciais, este espaço representa uma imagem duplamente essencial na economia da epopeia camoniana: por um lado, a ancoragem numa realidade territorial, palco de uma grande aventura; por outro, a idealização de homens excepcionais, capitaneados por Vasco da Gama – soldados e marinheiros –, a quem “Neptuno e Marte obedeceram”.

Em evocação analéptica, Vasco da Gama relata ao rei de Melinde a aglomeração das gentes que acorreram à praia e o estado de espírito que as animava, n'Os Lusíadas, no episódio das Despedidas em Belém: "(Uns por amigos, outros por parentes,/ Outros por ver somente)" concorria,/ Saudosos na vista e descontentes." (Canto IV, est. 88). Evocamos, ainda, neste contexto exemplificativo, um dos discursos mais dramáticos e emotivos que na epopeia camonianiana simultaneamente agrega e opera a transfiguração de sintagmas, no âmbito da "poética oceânica" (Nóbrega, 2012: 546). Uma das vertentes, enfatiza uma posição avessa à empresa dos Descobrimentos; a outra, antinômica, expressa a superlativação dos lusitanos, que, para materializar o sonho imperial, se oferecem em sacrifício. Na estrofe 90 do Canto IV, uma mulher lamenta o afastamento daquele que o seu corpo gerou e que tinha como refrigério na velhice. Ao vê-lo partir, o coração materno pressagia-lhe um destino trágico, no abismo do oceano: "Porque de mi te vás, ó filho caro,/ A fazer o funéreo encerramento/ Onde sejas de peixe mantimento?".

Numa tentativa – (quase) desesperada – de restituir ao país a auréola luminosa do Império que foi, indo ao encontro da autoridade apologética da grandiosidade exaltada por Camões, Fernando Pessoa sagrou o mar *português*. As suas águas congregaram, outrora, desconfiança, temores, medos, suores, lágrimas, abismos, naufrágios, mortes, "perdições de toda a sorte". Todavia, não obstante as tragédias efetivamente ocorridas, as preces e os sonhos unificaram Tejo, Atlântico e Índico. Na senda da poética e da ideologia camonianas, a obra de Fernando Pessoa reflete, simultaneamente, a glorificação dos lusíadas, por todas as conquistas realizadas, mas também o reverso que figura na medalha da aventura ultramarina, plasmada em três figuras emblemáticas. Os discursos que Camões evoca, emotivos e dilacerantes, servem de exemplo a Fernando Pessoa, cujos versos exibem o desespero de uma mãe que vê afastar o seu filho; de uma noiva, que ficará por casar; de um filho, que (em vão) reza para, que Deus lhe devolva o pai.

Resvalar no erro de que a aventura dos portugueses se confina ao sonho de achamento territorial constituiria um trilha fácil e sedutor. A viagem marítima apresenta como verdadeiro escopo imperial a disseminação da Fé cristã e o domínio do comércio de especiarias. Na relação entre a ideologia ocidental e o patriotismo, apresenta-se uma complexa fenomenologia que mostra diferentes perspectivas: de um lado, a visão sonora e altiva que cimenta o discurso canónico de exaltação da dilatação da Fé e do Império; do outro, a voz heterodoxa das posições divergentes ante a expansão ultramarina, que o discurso do Velho do Restelo e das figuras que se opõem à partida dos seus entes queridos imortaliza(ram).

O relato de Vasco da Gama em Melinde surge como emblema de um reino que tem como (aparente) virtuosidade política um diálogo intercultural e tolerante. No caso em foco, a configuração discursiva efetua-se entre dois honrosos interlocutores:

um, o narrador-herói de uma armada destemida – Vasco da Gama; o outro, venerando ouvidor, narratário ávido de conhecimento do mundo (i)limitado que extrapola as fronteiras do seu (pequeno) reino, o Rei de Melinde. O ilusório intercâmbio discursivo de igualdade entre os povos dissimula a assunção da superioridade dos lusitanos. Não será inoportuno trazermos à colação a ausência de tolerância e de diplomacia e de efetivo dialogismo com o *Outro*, o diferente, o que se pretende subjugar, plasmada, v.g., nos bombardeamentos que assolaram Calcut. Um, sob o comando de Vasco da Gama, em 1498; o outro, encontrando-se já o comandante da expedição em Portugal, visava a assinatura de um tratado de reconhecimento da supremacia bélica ocidental, na primeira metade do século XVI (cf. Lanciani, 2012, 77).

Literatura e História encontram-se enlaçadas pelo fio do testemunho e da palavra. Mas é imperativo distinguir o seu campo de atuação, essencialmente na forma como utilizam a informação histórica. Ainda que os teóricos da História e da Literatura tendam, na contemporaneidade, a reclamar o relativismo do conhecimento, deve ser apanágio do historiador tratar os factos com escrupulosa exactidão. Ao romancista, por seu turno, não pode exigir-se objetividade, pois (re) cria, através da capacidade imaginativa. Efabular significa dar asas à imaginação, por conseguinte, o romancista joga ao faz-de-conta. Desenha as vidas e as personagens que retira do mundo factual e empírico, pincelando-as com tonalidades que mesclam verdade e ficção. A vida retratada na literatura é imaginada, pertence ao universo criador do sujeito que a idealiza e que mostra uma verdade específica, edificada no seio da literatura, não sendo, por isso, empiricamente verificável. Aguiar e Silva (1990: 640) considera que a verdade literária constitui uma modelização do mundo referencial, dos seres humanos e da sua experiência vital.

Vejamos que teia de relações se entretece entre Literatura e História e de que forma os textos – não perspectivados como documento histórico, mas como produto de uma manifestação artística e ficcional – evidenciam um discurso heterodoxo e (um)a (in)tolerância civilizacional, ainda que sob a máscara do heroísmo luso. O romance *A Senhora*, da francesa Catherine Clément, decorre na época áurea da expansão ultramarina portuguesa. O discurso, eivado de informações (históricas) epocais, tisna a brancura das certezas plasmadas nas narrativas contemporâneas. Mais do que a narração heterodiegética, o discurso de primeira pessoa, por imanência subjetivo, presta-se à manipulação do (suposto) universo referencial. Das palavras enunciadas ecoam realidades desumanas, que aos leitores hodiernos surpreendem. Ou não... A obra suprarreferida, confronta os leitores com um relato avesso ao *ethos* glorioso e humanista que a visão épica faz transparecer. Trata-se de um discurso de primeira pessoa, narrado por Josef Nasi, ou o converso João Miguez, filho e neto

de médicos judeus, por conseguinte, um dos relegados da História, que encarnava tantos nomes quanto as fugas lhe impunham. O discurso evocativo dessa infância longínqua testemunha a visão de uma criança exilada no reino, que alude à expulsão dos judeus na Europa cristã. Cinco anos mais novo que a tia, Hannah, ou a cristã Beatriz de Luna, com ela brincava amiúde, no porto de Lisboa, e ambos sonhavam partir, rumo aos mares desconhecidos.

As alusões memorialísticas tecidas pelo narrador homodiegético remetem para uma Lisboa epocal e para o fascínio de um menino pela conduta e o heroísmo dos marinheiros portugueses que haviam realizado grandes descobertas. Ironicamente, o testemunho gravado nas suas lembranças expõe a flagrância altiva da arrogada supremacia portuguesa face ao *Outro*, num reino em que gravita uma ideologia épica cristalizada:

Quando desceram, os marinheiros contaram de que modo, para conquistar as especiarias, tinham enforcado nas vergas dos barcos umas quarenta tripulações. [...] Em seguida, vangloriaram-se de terem pilhado e incendiado um barco de peregrinos que regressava de Meca [...]. Eu também. Ficara alegre com a alegria deles como se tivesse comandado o ataque a Calicute [...]. Mais tarde, contei, exultante, a Beatriz como os nossos portugueses tinham por três vezes bombardeado Calicute antes de a conquistarem.” (2001, pp. 24-25)

Este olhar deslumbrado evidencia a pureza de um menino que, desconhecendo-o então, se enquadrava num grupo de seres relegados, mas para quem a diferença não constituía um obstáculo à admiração. A lembrança que a sua memória retém dos ciganos no porto é harmoniosa e nela se reconhece a igualdade, na diferença: “Eu adorava-os e puxei Beatriz. Os ciganos traziam preso à coleira um urso amedrontado e um macaco comicamente vestido com um saiote escarlate bordado a ouro. [...] Então Beatriz riu mesmo; eu estava radiante. De repente, vindos não sei de onde, os arqueiros do rei correram para os ciganos e começaram a bater.” (2001, p. 23). Enquanto marco disfórico e negativo, a desigualdade plasmada neste e noutros textos é demolidora, decretada por valores iníquos, que tendem a subvalorizar o *Outro*. E o *Outro* são, afinal, os excêntricos – os diferentes pela cor, pela errância ou pelo credo: negros, judeus, ciganos, hindus, mouros.

*O Profeta do Castigo Divino*, de Pedro Almeida Vieira, narra a vida do jesuíta Gabriel Malagrida. Desenrola-se a trama numa temporalidade já distinta da época áurea dos Descobrimentos, e antecede o terramoto de Lisboa de 1755. Na sua passagem por Lisboa, a embarcação que transportara o religioso surge escancarada nas praias do Tejo, expondo, aos olhos de magotes de curiosos um espetáculo poliédrico, no primeiro dia de fevereiro de 1750:

---

À entrada da barra de Lisboa, enxergar um navio com casco despedaçado, velas esmolambadas e leme partido deveria significar, pelas leis da marinhagem, naufrágio à vista. [...]

Perante aquele previsível soçobro, no princípio daquela tarde, magotes acorreram às praias do Tejo. Uns por sentida inquietação, outros pelo fascínio do triste espetáculo, aqueles outros esperançosos em recolher os despojos da embarcação que derribariam aos rochedos. Para matar o tédio, que o navio andou em rebuliço desgobernado, surgiram então as apostas sobre o salva-se. Não se salva. (2005, p. 23)

Durante o tempo que medeia a guerra entre Liberais e Absolutistas (1832-34), e após receber a notícia da morte de seu pai, Vicente Maria Sarmiento retorna a Bufarda, em Chão de Couce. Então, o herói promete casamento a Tomásia – por quem se apaixona –, jovem a quem a falta de escrúpulos de um corregedor roubou a infância e a pureza, empurrando-a para a prostituição. Protagonista de *O Ouro dos Corcundas*, Vicente Maria junta-se a um grupo de bandidos que salteia uma família de fidalgos. O saque, a prisão, o encontro com D. Miguel, em Santarém, a restituição do tesouro, são temas que cruzam as páginas deste romance, de Paulo Moreiras. Perdoado por D. Miguel, Vicente Maria embarca com Tomásia, em direção ao futuro. A descrição final evidencia a importância do rio na navegação portuguesa e ostenta a grandeza ultramarina cunhada nos monumentos edificadas em seu louvor:

No porto de Lisboa, com algum do dinheiro do Pasquino, Vicente Maria comprou bilhetes para os quatro e embarcaram num navio inglês a caminho de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

No navio, depois de este partir, vogando pelas águas do Tejo, Tomásia abeirou-se da amurada e contemplou as colinas de Lisboa com o seu casario espalhado até ao rio. Os campos dos termos da cidade foram surgindo e, junto às praias do Restelo, onde a Torre de Belém se erguia com majestade, [...]. (2011, pp. 268-269)

*O Feitiço da Índia*, da autoria do escritor Miguel Real, relata a história de três homens, sendo que a narração de José Martins, o primeiro português a tocar solo indiano, conta “tudo de uma forma muito simples”: casado em Alfama com a moura Rosa, que lhe gerou um filho, foi como degredado na armada de Vasco da Gama. No momento que antecede a partida da nau que carrega “os indigentes sem família, os filhos secundogénitos aventureiros” (2012, p. 103), entre outros de baixa estirpe, José Martins...

circunvagou o olhar pelo azul do Tejo, suspirou fundo, aliviado da morte, e viu ao longe, nos areais do Restelo, o séquito do Gama aproximar-se, tamboretas rufavam descompassados, arrepiando as gaivotas, o dourado

faiscante das trombetas inflamava o olhar dos marinheiros, atraindo-o, o mestre, dispondo os embarcados para a recepção ao capitão-mor, desamarrou-o, não atrai a ventura partir com homens presos (2012, p. 102)

Na esteira das solenidades expostas por Camões, o romance de Miguel Real alude à preparação religiosa dos homens que *aparelham a alma para a morte*, na ermida de Nossa Senhora de Belém, e aos ritos e cerimónias protocolares da entrega da bandeira ao Gama, por mãos régias, e das suas mãos, enquanto comandante da armada, a seu irmão. Não obstante – veladamente – se critique a ambição manuelina, o leitor hodierno cedo apreende o testemunho da robusta supremacia lusa, plasmado na oposição dicotómica que sintetiza a distância face ao *Outro*. E assim se descobre a realidade outra: a dos relegados da História: “d. Manuel pusera todo o peso do reino naquela viagem, a maioria dos fidalgos da corte tinham contestado, chegava-lhes a remessa anual do ouro da Mina e o proveitoso tráfico de escravos pretos, alguns mouros aprisionados na costa ou no mar” (2012, p. 105).

Relembrando a importância da escrita (ou dos monumentos) enquanto elo que testemunha o vínculo entre o literário e o histórico e vice-versa, afiançam a impossibilidade de se aceitar a verdade do discurso historiográfico *tout court*. Num estudo dedicado ao romance histori(ográfi)co contemporâneo, Patricia Waugh sublinha a multiplicidade de perspetivas que podem evocar o mundo real – “Literary fiction simply demonstrates the existence of multiple realities.” (1984, p. 89). À semelhança dos modelos épicos clássicos, que nunca iniciam a pragmática discursiva *ab initio*, a narração de *Peregrinação de Barnabé das Índias* (1998), de Mário Cláudio, inicia-se *in ultimas res*. Convocando as peregrinações de Fernão Mendes Pinto, o discurso romanesco e (pretensamente) histórico é proferido pelo *homo viator*: Barnabé, um desconhecido marinheiro cristão-novo, e pelo insigne Almirante Vasco da Gama, numa focalização narrativa que oscila entre a 1<sup>a</sup> e a 3<sup>a</sup> pessoas. Vasco da Gama e Barnabé encarnam um redobro de caracteres, numa espécie de alter-ego ou, simultaneamente, de um par que integra elementos antitéticos e os amalgama, tornando-os uma espécie de imagem autorreflexiva ao espelho da História (cf. Marinho, 1999, 300-301; Seixo, 2004, p. 236).

Há muito o Tempo dobara os seus dias de infância, transformando as suas faces luminosas em rostos navegados por rugas, e os cabelos fartos e negros em ralas cãs. Os velhos recordam o passado, num discurso antagónico que claramente estabelece uma cisão entre a estirpe que os define: a cristandade, personificada na mais elevada figura dos Descobrimentos; e o judaísmo, cristalizado num marinheiro desconhecido, falsamente converso. Ainda rapaz, ouvira Barnabé de seu tio Joseph de Lamego, um culto e abastado judeu, um discurso arrebatador. Como num sortilégio,

---

as suas palavras incutem no menino a audácia lusitana, metonimicamente refletida nas caravelas que partem do Tejo:

Quem não avistou uma caravela, meu rapaz, não fruiu da perfeita alegria que nos concede o Criador, [...] vou contar-te verdades que se assemelham a sonhos, e descrever-te fantasias que parecem evidências [...], e singram as naves de El-Rei, nosso Dom João II, esmiuçando indicações do depósito de metal preciosíssimo, e enfrentam as ondas e os ventos em direitura à outra face do Mundo, e triste de quem se extingue sem lobrigar uma barca só, e sem se despedir de velas enfunadas [...]. (1998, pp. 54-55)

Ao evocar a juventude, Barnabé relembra Lisboa, o Tejo e o corropio madrugador da multidão de fregueses que acorria ao cais para realizar as suas transacções. A noção de seres predestinados constitui um dos sentimentos mais profundamente enraizados na nossa identidade cultural e harmoniza-se com a idealização de um destino heróico e divino que também despontará na obra de Fernando Pessoa. Na senda desta ideologia – e citando o filósofo Miguel Real –, estamos perante uma “espécie de pulsão inconsciente de salvação que, num primeiro momento, se propaga para o outro (o mouro, o negro, o índio, o chino...), convertendo-o à doutrina verdadeira” (2017, p. 371). Fazendo sobressair a importância do espaço no sustento da empresa dos Descobrimentos, o discurso realça a voz um império que sobre si reflete, em convexa autorreflexividade:

E outros muitos [todo o tipo de embarcações] se iam construindo, e tomava-se Barnabé de susto manso, considerando que o Reino de si próprio se evadia, [...] buscando uma alternativa à sua arrastada podridão, consumindo-se na tessitura de um imenso sonho salvífico. Uma lida constante animava cada convés, e não cessavam os remos de bater as águas, e trocavam-se ordens e insultos, recados e pilhérias, e havia quem do Cais da Pedra interpelasse os de bordo, e quem com altos berros replicasse do topo das gáveas.” (1998, p. 84)

*A Casa do Pó*, de Fernando Campos, tem como referência narrativa a empresa dos Descobrimentos, na sua perspectiva eufórica e enaltecadora, que ante os olhos do narrador se espraia. O jovem Frei Pantaleão vai em peregrinação à terra Santa e, ao partir, detém-se na observação do rio que atravessa Lisboa. A (sua) contemplação do Tejo figura, nesse instante, como sinédoque de glória, porque o autor da obra faz amalgamar a figuração do (maravilhoso) mundo empírico com uma (rica e impressiva) descrição estética:

Deslumbramento à vista do Tejo! O rio coalhado de mil embarcações de toda a sorte, naus, caravelas, galeões, barcas, barinéis, algumas delas engalanadas pelas enxárcias de bandeiras multicores! Ao fundo o casario da cidade que galgara já e alastrara para fora das muralhas fernandinas. Nunca, como então, senti quanto Lisboa era o porto do mundo [...]. (1986, p. 87)

(Con)centrada num heroístico e pretérito universo, a génese da epopeia camoniana entronca num tempo remoto, o tempo dos verdadeiros heróis – integrado num “passado absoluto”, segundo a terminologia de Goethe ou de Schiller – diverso e distante do nível axiológico em que se encontram poeta e leitor ou ouvinte. Na ótica romântica, Camões pertence à categoria dos *poetas malditos*, abandonados à sua Sorte, revestida de lágrimas, desencanto e miséria. Mas que é, afinal, a casta dos verdadeiros poetas, daqueles a quem a voz das musas insufla um grandioso e épico sonho: “En fait, il fut l’expression même du classicisme renaissant, l’exemple parfait du dialogue vivant de la sensibilité moderne avec le monde de Virgile et des Anciens.”, enfatiza Eduardo Lourenço, na obra *Nós e a Europa ou as duas razões* (1988, p. 94).

Na linha interpretativa que tem por base a pervivência mítica da ideologia épica, o Tejo figura como reflexo de uma grande nação, ostentando como joia da coroa a ínclita Ulisseia, como temos vindo a notar. Mas a inclusão do Tejo nas narrativas contemporâneas assume-se, ainda, como um elemento natural que recorta a paisagem lisboeta, no quotidiano das personagens. Mostrando, sub-repticiamente, o perfil de “leitor implícito” de que fala Wolfgang Iser, no seu livro *Der Akt des Lesens* (1994), que reflete a matriz aventureira – porventura filiada nos heróis – de quem a contempla, *Esta Cidade!*, de Irene Lisboa, descreve o Tejo inserto numa ambiência sensorial de agradável frescor, e eivada de sonhos:

A manhã estava tão clara e tão alegre que a minha cozinha, virada para os lados do Tejo parecia um lugar de embarque. É verdade que aquele bairro onde muitas vezes chegava o cheiro da maresia, o apito dos barcos e um ventinho fresco que semeava fuligem na roupa, nos dava muitas tentações de partir. Estava-se em casa e tinha-se a impressão de se ir sair para o mar. O ar carregava-se de muita frescura! (1942, p. 32)

## 2. Figuração dessacralizante e ominosa do Tejo e dos mitos associados ao rio

Tal como as brancas e salgadas ondas se espriam e balanceiam no largo Oceano, lembrando a grandiosidade pretérita, assim a idiosincrasia que perpassa as obras hodiernas em que se alude ao Império oscila entre a heroicidade passada e a mediocridade coeva. Contrariamente à imagem de excelência heróica do povo luso

veiculada na e pela estética camoniana, o discurso que perpassa a literatura portuguesa moderna e contemporânea tende a dessacralizar, abertamente, a grandiosidade pretérita do Império, pelo recurso a efeitos de burlesco e de sátira. No reflexo antinômico da estética dignificante da portugalidade, Miguel Torga traz à colação a mais disfórica das imagens, assumindo uma visão pessimista dos Descobrimentos e caracterizando Camões como “Poeta de um império que era louco”, nos *Poemas ibéricos* (1965). Outros escritores e poetas assumem a decadência do país, relacionando-a com a disseminação da fé e do Império, esboroando os símbolos da nacionalidade, através de rebaixamentos carnavalescos e de mecanismos paródicos. Substituindo-a por imagens de decadência, exibem ostensivamente uma nação alienada, fragmentada, ressentida, soterrada na poalha árida de Alcácer-Quibir, sob o comando de um rei igualmente alienado e inábil. Falamos, entre outros, dos versos de Natália Correia (*O Morto Colectivo*, 1972) ou das canções paródicas de Sérgio Godinho.

Adivinhando-se posterior aos Descobrimentos, o romance *Os Infiéis*, de Fernando Dacosta, localiza-se numa temporalidade imprecisa: “Estava-se então numa nova fase das navegações. Definida a grande carta do globo, dobrados os principais mares e continentes” (1992, p. 15). A determinada altura, menciona-se a grandeza dos primeiros nautas, aqueles que passaram o mais perigoso dos cabos: “[O] oceano era, para baixo, o inferno, o fim do mundo, o fogo que se alimentava da água, dos peixes, do vento, das aves, dos barcos arrastados até ele” (1992, p. 62). Noutro momento, a realidade contesta, desconstrói e parodia a imagem grandiosa do Império: “Após descobrirem o mundo, os nautas portugueses, desiludidos com o descoberto adormeceram.” (1992, p. 53).

Ao nível da estrutura semântica, uma extensa lista de narrativas dessacraliza a dimensão gloriosa de um passado coletivo dignificante. Debrucemo-nos, a título exemplificativo, sobre o romance *As Naus*, de António Lobo Antunes. Ao evocar, memorialisticamente, a sua partida, o discurso do protagonista oscila entre uma dupla essência temporal, que se sobrepõe: a do passado glorioso, que tem como centralidade o Restelo, em Belém, de onde haviam partido as naus para a Índia, e o “angustioso presente”, como o define Vanessa Castagna, num artigo que dedica ao romance supracitado (2004, p. 82). Enquanto estruturas arquitetónicas erguidas junto ao Tejo, ironicamente evocadoras de uma grandeza irremediavelmente perdida, a Torre de Belém e os Jerónimos espelham a ambiência corrompida em que se movimentam as personagens e acentuam a ruína moral, a decadência e, paradoxalmente, o seu carácter desumano. Sofrimento, angústia, exploração do homem pelo homem: eis a fotografia que nivela as personagens, a lembrar a máxima latina *homo homini lupus*, que constitui uma referência a Plauto, *Asinária*, II, 4, 88.

Ainda que narrados por diversas vozes e entrecortados por fragmentos dialógicos que afloram ao discurso e se cruzam num ágil caleidoscópio de constantes *flashbacks* subjetivos, chamamos a atenção para o discurso do homem “chamado Luís”, (triste) figuração de Camões, e do caixão que contém o corpo de seu pai – representação sinedóquica da pátria em ruína. A narrativa diegética traduz um encontro de tempos e de espaços numa convocação grotesca, como sublinham Evelyn Fernandes (2015), Gabriela Ferreira (2012) e Leonardo Rommel (2015), nos estudos que dedicam à narrativa de António Lobo Antunes. Remetendo para uma portugalidade ruínosa, e indiferente aos humanos, o Tejo vai corroendo os balcões de pedra das janelas, acidificando-os. Ou testemunha a degradação física e humana da cidade, numa imagem asfixiante e tentacular: “o taxi deixou-nos junto ao Tejo numa orla de areia chamada Belém consoante se lia no apeadeiro de comboios próximo com uma balança de uma banda e um urinol da outra” (Antunes, 1988, p. 10).

As narrativas contemporâneas apresentam o Tejo numa tripla faceta: enquanto janela aberta para o mundo, enquadrado numa geografia que possibilita o contacto com outros povos; como representação paisagística que emoldura a cidade no seu ambiente natural, ou como símbolo derrisório de um império transfigurado. Enquanto representação mítica, associado à epopeia, a simbologia do Tejo tende a esboroar-se, na contemporaneidade, e com ela se derrubam figuras emblemáticas de grande autoridade pretérita.

Partindo de uma visão eufórica, nas obras explicitamente relacionadas com os Descobrimentos, o Tejo surge como sinédoque de um povo que comunga de uma existência particular, messiânica, que no rio vislumbra (um)a abertura para o mundo. A existência modelar de insígnies varões, que outrora mostraram a grandeza lusitana ao orbe – religiosos, nobres, marinheiros, soldados –, e a atividade discursiva dos poetas que a exibiram, tende a insuflar-se de vozes coevas discordantes e, não raro, paradoxais, que derribam o prisma numinoso inerente à épica clássica.

No livro *A ordem natural das coisas*, de António Lobo Antunes, o Tejo que emoldura o retrato paisagístico de Lisboa constitui, acima de tudo, um elemento onnipresente no quotidiano das personagens assoladas pela doença e fechadas sobre si próprias:

Não existe aí, já notou, restaurante onde se não escute o murmúrio do rio, onde as vitrinas não ondulem consoante o humor das marés, onde os estabelecimentos não estalem batidos pelas correntes do Bugio, onde as vidraças se não encarnicem de pulsações de farol. Lisboa é uma cidade submersa, senhor, a água fecha-se sobre as nossas cabeças [...].” (1992, p. 32)

---

Ao deparar-se com as cinzas que restam dessa supremacia estatutária, o sentimento de incompletude de cada português agiganta-se. Miguel Real legitima-o, declarando que “cada português sente-se, em si, *incompleto*, irrealizado, guardando memória de um *inacabamento* essencial. A sua realização, identificada com a realização do País, deveria ter obtido cumprimento material completo no tempo forte do Império. Porém, este esvaiu-se, nulificando-se” (2017, pp. 26-7).

António Lobo Antunes não é exemplo único no seio da representação paródica romanesca contemporânea. No entanto, as suas obras veiculam uma mensagem tragicamente radical e pessimista da portugalidade coeva. Remetendo para a inadaptação das personagens à realidade em que se inserem, as narrativas antunianas surgem (obsessivamente) eivadas de imagens de desencanto, loucura e solidão. Os seus protagonistas surgem emocional e psicologicamente envolvidos numa brumosa e solitária existência, que o autor sanciona em entrevistas, admitindo que, “no mais fundo de nós, estamos sozinhos”.

### Considerações finais

Copiosos testemunhos aludem à privilegiada situação geográfica de Lisboa e asseguram a importância do Tejo como meio privilegiado na realização das rotas comerciais entre povos, como asseguram, nos seus relatos, Estrabão ou Osberno. Outras composições – de cariz literário – legitimam a dupla supremacia do rio. Por um lado, fundamentam o valor e a singularidade do *Tagus*, rio de áuricas areias, segundo Ovídio, Cervantes ou o Padre António Vieira. Como suprarreferimos, o Tejo é o mais importante dos rios que sulcam a cidade edificada pelo rei de Ítaca e berço de ilustres navegações – aquelas que outrora conduziram os nautas lusos às partes de além. Por isso o immortalizaram poetas e escritores, anunciando o sopro dos ventos que *brandamente respiravam* e embalavam as naus portuguesas para o Oceano Atlântico, cujas irrequietas ondas as impulsionalia até ao seu destino glorioso. *Romance de Dom Dinis. El-Rei que (nom) fez tudo quanto quis, A Casa do Pó* ou *O Ouro dos Corcundas* corporizam um diálogo intertextual com a simbologia (eufórica) mítica do Tejo.

Ao abordar o conceito de intertextualidade, relembramos a autoridade de vários filósofos, como Umberto Eco, em *Porquê “O Nome da Rosa”* (1991), ou Pierre Barbéris, na obra *Prélude à l’utopie* (1991), quando advogam que todos os textos convocam outros textos. Se a premissa é hoje verdadeira e irrefutável, mais vincadamente se assumia como tal em épocas longínquas, em que o código retórico e estético dos autores se pautava, expressamente, por uma dupla *mimesis*: a imitação da natureza e a dos modelos greco-latinos (*auctoritates*). O legado homérico revela-se,

efetivamente, um suporte literário essencial na elaboração das epopeias modernas, no entanto, no que à construção da épica lusitana respeita, Virgílio constitui a sua mais importante autoridade modelar.

A epopeia camonianiana traduz a *viagem*, centrada numa ideologia expansionista sedimentada numa tradição que tinha como modelo as epopeias homéricas e a romana, ligadas a ações realizadas por heróis. No enalço da teorização filosófica equacionada por Eduardo Lourenço, constatamos que a identificação de Portugal a Camões constitui caso único no seio da cultura europeia, graças aos acontecimentos históricos e à revolução cultural romântica, que o transforma num herói cultural. Melhor: no símbolo de Portugal: «Seul l'ensemble de notre destin collectif et l'histoire de notre imaginaire peuvent rendre compte de cette conversion de l'auteur des *Lusiades* en symbole même du Portugal.» (1988, p. 106).

Camões desponta como um idealista, um visionário. O sonhador da constelação literária resplandecente de um Império de heróis simultaneamente ousados e verdugos, de acordo com o prisma ocular com que a contemporaneidade encara a sua missão. Na senda da apologética crença nesse Império a devir, para Fernando Pessoa, Camões figura como *ethos* heróico da portugalidade, símbolo da alma-pátria, gloriosa: “Comecemos por nos embebedar desse sonho [...]” – declara a outra face da alma lusíada, numa evidente apologia da identidade nacional. “Então se dará na alma da Nação o fenómeno imprevisível de onde nascerão as Novas Descobertas, a Criação do Mundo Novo, o Quinto Império. Terá regressado El-Rei D. Sebastião.” (1979, p. 100).

Não obstante a preponderância da imagem do Tejo enquanto reflexo de uma portugalidade inegável e associada a Camões, relativa a um Império outrora florescente, a literatura coeva tende a questionar e a dessacralizar o mito dos Descobrimentos e todos os elementos que, por imanência, lhe estão associados. Ao constatar que os alicerces do Império – o que restava da glória cantada por Camões e por si próprio – se esbarrondavam aceleradamente, Fernando Pessoa diria, com desalento: “Somos hoje um pinga de tinta seca da mão que escreveu Império da esquerda à direita da geografia.” (1979, p. 3). Na contemporaneidade, os símbolos de grandeza nacional outrora mitificados por Camões estiolam-se. A “lira destemperada” e a rouquidão da voz que canta para gente “surda e ensurdecida” (Canto X, 145, vv. 1-2) anunciam em Camões a dimensão “simultaneamente espectral e epifânica” que encontraremos na *Mensagem*, como faz notar Annabela Rita (2018: 38). Na complexidade discursiva da dessacralização paródica dos mitos, a própria visão da História aquilata outras vozes e outras perspetivas. As proezas (outrora) heróicas são agora postas em causa e redimensionadas num ato discursivo expresso pelas *fictae personae*, cujo testemunho

debela os registos canónicos, valorizando-se a poética que culmina na reflexão do *Outro*, do ser relegado. Do olhar que impõe uma conceituação diferente e, não raro, divergente, da legitimada pela visão oficial da História: *A senhora, Os Infiéis, Peregrinação de Barnabé das Índias* ou *O Feitiço da Índia* exemplificam este paradigma.

Pelos exemplos aduzidos, constatamos que a figuração da História na literatura portuguesa hodierna se apresenta como um portentoso cenário. E porque a verdade é plurívoca, ou multifacetada, inúmeras obras aludem ao Império mostrando a problemática do registo histórico numa vertente (auto)reflexiva, sob a égide de uma focalização heterodoxa. De facto, o romance histórico contemporâneo tende a subverter os emblemas da História e os emblemas de poder que se lhe associam.

Não podemos, todavia, relegar o facto de que a “literatura es una parte inseparable de la totalidad de una cultura y no puede ser estudiada fuera del contexto total de la cultura.”, como sustenta Mikhaïl Bakhtine (2003, p. 362). Adormecidos sobre a fria arca tumular que os acolhe [*si vera fama est...*], as figuras mais emblemáticas da época dos Descobrimentos repousam no silêncio do Mosteiro dos Jerónimos, numa evidência mítica e euforizante que reenvia para o culto e a disseminação do Império expansionista. E traduz o que nos caracteriza, como povo, em busca – permanente – de uma identidade, obrigando-nos a questionar sobre a memória do que fomos, propiciando aos vindouros uma imagem que possibilita uma circumspecta reflexão sobre as ambiguidades da condição humana, sobre o ser que somos e sobre o *ser-no-mundo*.

## Referências

### Bibliografia ativa

<https://cantigas.fcsh.unl.pt>

Entrevista a António Lobo Antunes. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=S5RHgWnyOFE>

ABELAIRA, Augusto. **Enseada Amena**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1965.

ANTUNES, António Lobo. **As Naus**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

ANTUNES, António Lobo. **A ordem natural das coisas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.

CAMPOS, Fernando. **A Casa do Pó**. Lisboa: Difel, 1986.

CLÉMENT, Catherine. **A Senhora. Gracia Nasi e a saga dos judeus no século XVI**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CONSTÂNCIO, Natália. **Romance de Dom Dinis, El-rey que (nom) fez tudo quanto quis**. Lisboa: Colibri, 2022.

DACOSTA, Fernando. **Os Infiéis**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

LISBOA, Irene. **Esta Cidade!** Lisboa: Presença, 1995<sup>2ª</sup>.

MOREIRAS, Paulo. **O Ouro dos Corcundas**. Lisboa: Casa das Letras, 2011.

REAL, Miguel. **O Feitiço da Índia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2012.

SARAMAGO, José. **Memorial do Convento**. Lisboa: Editorial Caminho, 1986.

VIEIRA, Pedro Almeida. **O Profeta do Castigo Divino**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005.

#### Bibliografia passiva

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da Literatura**. Vol. I, Coimbra: Livraria Almedina, 1990.

ARISTÓTELES. **Poética**. Lisboa, INCM, 1994<sup>a</sup> [Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa].

ALVES, José Felicidade (apres. e notas). **Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um cruzado inglês que participou nos acontecimentos**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004<sup>2ª</sup>.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTINE, Mikhail. **Estética de la creación verbal**. México: Edición Siglo Veintiuno Editores, 2003 [1983].

CASTAGNA, Vanessa. "A representação de Lisboa em As Naus de António Lobo Antunes". **Rassegna Iberistica**. Setembro, 2004, pp. 79-88.

CRESPO, Ángel. **Lisboa Mítica e Literária**. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

DUBY, Georges, & LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova Historia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

ELAM, Diane. **Romancing the postmodern**. London: Routledge, 1992.

ESPÍRITO SANTO, Arnaldo do. "Os Lusíadas à Luz da Teorização da Epopeia nos Tratados Latinos de Cinquecento". In FRAGA, Maria do Céu, MARTINS, José Cândido de Oliveira, SILVA, João Amadeu de Carvalho da, et. al. **Camões e os contemporâneos**. Braga: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos. Universidade dos Açores. Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 63-74.

FERNANDES, Evelyn Blaut. **A ficção de António Lobo Antunes: da coreografia dos espectros à caligrafia dos afectos**. Tese (Doutoramento). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015.

FERREIRA, Gabriela Semensato. "Linguagem e estrutura na narrativa em *As Naus*, de António Lobo Antunes". In **Nau Literária**. Vol. 08, N.02 - Jul./Dez. 2012. seer.ufrgs.br/NauLiteraria. ISSN 1981-4526.

FOLEY, Barbara. **Telling the Truth. The Theory and Practice of Documentary Fiction**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1986.

GOFF, Jacques le, Le Roy LADURIE, e Georges DUBY. **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1986.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**: ensinamentos das formas de arte do século XX. Lisboa: Edições 70, 1989 [1985].

KYNDRUP, Morten. **Framing and Fiction, Studies in the Rhetoric of Novel, Interpretation, and History**. Denmark: Aarhus University Press, 1992.

LANCIANI, Giulia. "A Figura Histórica e a Personagem d'Os Lusíadas." In FRAGA, Maria do Céu, In FRAGA, Maria do Céu, MARTINS, José Cândido de Oliveira, SILVA, João Amadeu de Carvalho da, et. al. **Camões e os contemporâneos**. Braga: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos. Universidade dos Açores. Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 75-79.

LOURENÇO, Eduardo. **Nós e a Europa ou as duas razões**. Lisboa: INCM, 1988<sup>2</sup>.

MARINHO, Maria de Fátima. **O Romance Histórico em Portugal**. Porto: Campo das Letras, 1999.

MARTINS, José Cândido de Oliveira, SILVA, João Amadeu de Carvalho da, et. al. **Camões e os contemporâneos**. Braga: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos. Universidade dos Açores. Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 75-79.

NÉLOD, Gilles. **Panorama du roman historique**. Paris: Soc. Gén. D'Éditions, 1969.

NÓBREGA, Luiza. "Camões para o futuro. Excerto de uma teoria sobre a composição d'Os Lusíadas". In FRAGA, Maria do Céu, MARTINS, José Cândido de Oliveira, SILVA, João Amadeu de Carvalho da, et. al. **Camões e os contemporâneos**. Braga: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos. Universidade dos Açores. Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 537-547.

OGRIZEK, Doré. **Le Portugal**. Paris: Éditions Odé, 1950.

OVÍDIO. **Metamorfoses**. [Tradução de Bocage]. São Paulo: Hedra, 2007.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos sobre língua e literatura portuguesas**. Lisboa: FCG e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

QUADROS, António. **A Ideia de Portugal na Literatura dos Últimos 100 Anos**. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.

ROMMEL, Leonardo von Pfeil. "A desconstrução do imaginário imperialista português no romance *As naus*, de António Lobo Antunes". **Nau literária**, ano 11, vol. 11-2, jan/jun 2015, pp. 1-10.

PESSOA, Fernando. **Sobre Portugal – Introdução ao Problema Nacional**. (Recolha de textos com introdução organizada por Joel Serrão). Lisboa: Ática, 1979. – 100: [http:// multipessoa.net/labirinto/portugal/14](http://multipessoa.net/labirinto/portugal/14).

REAL, Miguel. **Nova Teoria do Sebastianismo**. S/l: Publicações Dom Quixote, 2014.

RITA, Annabela. “Viagens, Patrimonialidade e Utopia”. In MAIOR, Dionísio Vila (Org.). **Viagens pela Identidade e Utopia**. Lisboa: CLEPUL, 2018, pp. 35-43.

SEIXO, Maria Alzira. “Literatura e História. Poética da descoincidência. Peregrinação de Barnabé das Índias, de Mário Cláudio”. In **Actas do Colóquio Internacional sobre Literatura e História, II**. Porto: Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, 2004, pp. 231-232.

VILLANUEVA, Darío. “Prefacio”. In CARTELLE, Enrique Montero, e INGELMO, Maria Cruz Herrero. **De Virgilio a Umberto Eco. La novela histórica latina contemporánea**. Madrid: Ediciones del Orto. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva, 1994: p. ix-xiii.

WAUGH, Patricia. **Metafiction. The Theory and Practice of Self-Conscious Fiction**. Methuen, London & New York: Routledge, 1984.

WELLEK, René, e Austin WARREN. **Teoria da Literatura**. Tradução de José Palla e Carmo. 5ª Edição. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

YVANCOS, José María Pozuelo. **Poética de la Ficción**. Madrid: Editorial Sintesis, 1993.

